

DECRETO N° 1313, DE 29 DE SETEMBRO DE 1931.

Declara de utilidade pública áreas de terrenos necessárias à execução de obras de construção de prédio escolar na Vila Odriques, em Assis e dá outras providências.-

JOSÉ SANTILLI SUBSTITUTO, representante do Município de Assis, no uso de suas atribuições legais, e na conformidade do disposto no artigo 5º, letra "u", combinado com o artigo 5º, do Decreto-Lei Federal nº 3.335, de 21 de Junho de 1941,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declaradas de utilidade pública a fim de serem desapropriadas pela Prefeitura Municipal de Assis, por via amigável ou judicial, as áreas de terrenos necessárias à execução de obras de construção de prédio escolar na Vila Odriques, na sede deste Município, e que seguem abaixo descritas:

"A" - Uma área determinada, sem limite territorial, medindo 4.351,75 m², e que começa no ponto "A" situado a 20,00 m da divisa do Sr. João Jacob Turboc; deste ponto segue em reta na distância de 14,00 m até o ponto "B", distante 20,00 m da cerca de divisa do Sr. João Jacob Barbosa; deste ponto, desflete e segue em reta, confrontando com o remanescente do Sr. Antônio Babelo de Oliveira, na extensão de 60,00 m até o ponto "C", situado na divisa do Sr. Orpheu de Souza Ávila; deste ponto, desflete à direita e segue assim até o ponto "D", situado na divisa do Sr. Orpheu de Souza Ávila, na extensão de 15,00 m até o ponto "E", situado no alinhamento prédial da Av. São Cristóvão; este ponto, desflete à direita e segue pelo citado alinhamento prédial, i.e.

fls. 2

extensão da Rua M, até o ponto "A" inicio desta descrição, encerrando na polígono com a Rua de 400,75 m, que consta pertencer a Antônio da Oliveira - Tom seu inicio no ponto "A" situado no alinhamento predial Ls. Av. São Cristovão divisa com o Sr. Antônio da Silva de Oliveira; deste ponto, segue em reta na extensão de 75,00 m, dividindo com o Sr. Antônio da Silva de Oliveira, até o ponto "B"; deste ponto, deslocado à direita, confrontando com o remanescente do Sr. Crispinio da Cunha Ávila, e segue na extensão de 200,00 m até o ponto "C"; deste ponto desloca-se à direita e segue em reta na extensão de 10,00 m ainda confrontando com o remanescente do Sr. Crispinio da Cunha Ávila, até o ponto "D", situado no alinhamento predial Ls. Av. São Cristovão; deste ponto, desloca-se à direita em ângulo reto, e segue pelo citado alinhamento predial, na extensão de 45,00 m, até o ponto "E", inicio desta descrição, encerrando um polígono com a Rua de 2.500,00 m; terreno este quo consta pertencer a Crispinio da Cunha Ávila".

Parágrafo único - Os imóveis descritos neste artigo constam do Documento n.º 1.312, elaborado pelo Departamento de Obras e Serviços da Prefeitura Municipal de Assis, e que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Artigo 2º - A desapropriação de quo trata o artigo 1º deste Decreto é declarada de natureza urgente, para os efeitos do artigo 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.355, de 21 de junho de 1.941, alterado pela Lei Federal nº 2.706, de 21 de maio de 1.951.

Artigo 3º - As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta do Fundo Orçamentário do Município.

Além disso, o governo federal não pode ser considerado culpado

por

o fato de que a Constituição Federal é uma Constituição

que não tem força de lei

é só um documento

que só tem força de lei

é só um documento que só tem força de lei

O Brasil não é governado por uma Constituição, é governado por um presidente

que só tem força de lei